



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 03/25

FL N.º 62

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

DE 8 DE MAIO DE 2025

(convocada ao abrigo do N.º 3 do artigo 54.º do RJAL)

N.º 3/2025/AM

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho; -----

HORA: Sessão ordinária agendada ao abrigo do N.º 3 do artigo 54.º do RJAL
para as 20 horas de oito de maio de 2025; -----

Mesa (CDS/PP): -----

O Presidente da Assembleia Municipal: Manuel Miguel Pinheiro Paiva;-----

1º Secretário: Jorge Manuel Santos Silva;-----

2ª Secretária: Rita Alexandra Alves Casal.-----

Membros eleitos pelo CDS/PP: -----

- José António Abrantes Soares de Almeida;-----
- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias;-----
- Ricardo Jorge da Costa Oliveira em suplência de Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá;-----
- José do Nascimento Peres;-----
- José Augusto Tavares Ferreira;-----
- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----
- Daniel Alexandre Martins Gonçalves;-----
- Manuel Domingos Fernandes de Almeida;-----
- Alexandra Pinho;-----
- Francisco Jorge Rodrigues de Sousa.

2025.05.08

Membros eleitos pelo PS: -----

- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho;-----
- Ana Raquel Tavares Pinheiro;-----
- José Hermínio Tavares Fernandes;-----
- António Miguel Pinho Martins de Castro.-----

Membros eleitos pelo PSD: -----

- João Paulo Carvalho da Silva;-----
- Rosária de Fátima Leite Tavares;-----
- Ana Rita Fernandes Martins;-----
- Daniel Alexandre Martins Barbosa.-----

Presidentes das Juntas de Freguesia (CDS/PP)-----

- Arménio Tavares Lige, Arões;-----
- Nelson Fernandes de Almeida, Cepelos;-----
- Pedro Tiago da Costa Martins, Secretário da Junta de Freguesia, em
suplência de Henrique Martins Pereira, Junqueira;-----
- António Luís Martins da Costa, Rôge;-----
- Sérgio Miguel Santos Soares, São Pedro de Castelões;-----
- Manuel Correia de Campos, União das Freguesias Vila Chã, Codal e Vila
Cova de Perrinho.-----

Presidente da Junta de Freguesia (PS)-----

- Vítor de Sousa Tavares, Macieira de Cambra.-----

**Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro,
alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação
da Câmara Municipal, o seu Presidente, José Alberto Freitas Soares Pinheiro
e Silva e nos termos do n.º3 da legislação atrás referida, assistiram à sessão, os
vereadores: -----**

- António Alberto Almeida de Matos Gomes; -----



- Mónica Pinto Seixas; -----
- José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho; -----
- André Agostinho Martins da Silva; -----
- Tiago Correia Fernandes; -----
- Frederico da Costa Martins. -----

Pelas 20 horas e 6 minutos, verificando-se a existência de quórum, dada a presença de 26 membros, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Mesa, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** -----

DECLAROU ABERTA A SESSÃO

Cumprimentou os seus pares na Mesa, líderes das bancadas e restantes deputados municipais, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro e Silva, e os respetivos vereadores; -----

Cumprimentou os colaboradores do Gabinete de Apoio, bem como a equipa que se encontra a fazer a transmissão da sessão através da página de Facebook do Município, cumprimentando, também, todos quantos acompanham a sessão online, no país e no estrangeiro, bem como, os que se deslocaram ao Salão Nobre para assistir presencialmente. -----

Informou que, ao abrigo do artigo 79.º da Lei 169/99, de 18 de setembro e suas alterações, **em suplência e conforme solicitado, foram convocados para participar na sessão:**-----

- **Ricardo Jorge da Costa Oliveira** a pedido da deputada municipal Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá, conforme mensagem via e-mail recebida em 08/05/2025 pelas 12:07 horas;-----

Pedro Tiago da Costa Martins, Secretário da Junta de Freguesia de Junqueira, em substituição do seu Presidente, Henrique Martins Pereira, comunicação de 08/05/2025;-----

2025.05.08

Encontra-se ausente o deputado municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, (comunicação verbal à Mesa), não tendo solicitado a sua substituição.-----

As ausências apresentadas nos termos do n.º 4 do artigo 39.º do Regimento são justificadas pela Mesa que presidiu à sessão, conforme será mencionado na ata da sessão.-----

De seguida, e já com 27 membros presentes, deu início à análise e discussão dos assuntos que constam da Ordem de Trabalhos que se transcreve:-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

- a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal;-----
- b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2025;-----
- c) Período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações, entre 01/02 e 31/03/2025;-----
2. Prestação de Contas do ano 2024;-----
3. Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2024;-----
4. Suspensão do PAEL - Programa de Apoio à Economia Local;-----
5. Revogação da decisão de abertura de procedimentos concursais para a seleção e recrutamento de dois cargos de dirigente de direção intermédia de 3.º grau, um para a Unidade de Recursos Humanos - Divisão de Administrativa, Jurídica e de Recursos Humanos, e outro para a Unidade



2025.05.08

de Ação Social, Saúde e Idade Maior - Divisão da Ação Social e Educação;-----

6. Mapa de Pessoal 2025 – 1.ª Alteração;-----

7. Autorização para a aquisição das instalações da Martins & Rebello, e a consequente modificação ao Plano com inclusão da ação de aquisição e remodelação das instalações da Martins & Rebello;-----

8. Apoio à Marcha de St.º António da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho;-----

9. Isenção do pagamento de taxas pela ocupação do espaço público destinado à instalação e operação de sistema de trotinetas com motor partilhadas sem doca, a pedido da empresa Fastbird Rides Portugal, Unipessoal Lda;-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações;-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: Aprovação do texto e respetivas minutas.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º

DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

O SR. PRESIDENTE DA MESA felicitou a comunidade católica, porque nesse mesmo dia, o conclave elegeu o Papa Leão XIV, fazendo votos de que este novo pontificado seja marcado pela sabedoria, diálogo e paz entre as pessoas, os povos e as nações. -----

De seguida disponibilizou o dossier da correspondência e informações recebidas para consulta dos deputados municipais e **informou** ter estado presente ou ter-se feito substituir em vários eventos, em representação da Assembleia Municipal, conforme se descreve: -----

2025.05.08

- em 4 de março, na 30ª Matança do Porco da Associação de Desenvolvimento Turístico e Promoção Cultural de Carvalhal do Chão e Mouta Velha; -----
- em 15 de março, no convívio da Comissão de Festas de Nossa Senhora da Purificação e de São Brás, de Vila Chã e ainda, nesse dia, na estreia da peça de teatro amador no Centro Cultural de Macieira de Cambra, um projeto da área metropolitana do Porto-Sul, coordenado pela Câmara Municipal em parceria com a ADRIMAG; -----
- em 23 de março, na inauguração do Polidesportivo do Moinho Novo, em Arões, obra da Junta de Freguesia de Arões; -----
- em 28 e 29 de março estive no Conselho Geral da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais, em Beja, que reuniu os órgãos sociais e onde, no essencial, se debateram os desafios da articulação entre os diferentes níveis de poder, se aprovou o relatório de atividades e contas do exercício 2024 e se partilharam experiências;-----
- em 29 de março, na abertura do XIII Encontro de Teatro Amador ENTRAÍ 2025, no Centro Cultural de Maceira de Câmara, com uma peça da APDC, Associação de Promoção e Desenvolvimento Cultural de Castelões, onde estive a representar a Assembleia Municipal o deputado municipal, Simão Dias; -----
- em 4 de abril, programa associado ao Conselho de Fundadores da Fundação Casa da Música, início das comemorações do 20º aniversário da Casa da Música;
- em 5 de abril, no Concerto de Primavera da Banda Musical Junqueirense, no Centro Cultural de Maceira de Cambra; -----
- em 6 de abril, a apresentação da 3ª edição da revista A Primavera, no Salão Multiusos da Santa Casa da Misericórdia, em São Pedro de Castelões; -----
- em 10 de abril, na inauguração do Centro de Artes e Espetáculos, com o concerto da Orquestra Filarmonia das Beiras e Mário Laginha; -----



- em 13 de abril, na 16ª edição da Festa da Broa de Milho de Paraduça, em Arões, organizada pela Associação de Desenvolvimento Turístico e Promoção Cultural de Paraduça; -----
- em 15 de abril, na ceia do Cordeiro Pascal do Movimento Mensagem de Fátima;
- em 18 de abril, na solene ação litúrgica e procissão do enterro do Senhor em S. Pedro de Castelões; -----
- em 25 de abril, nas celebrações do 51º aniversário do 25 de abril de 1974, com o hastear das bandeiras e a sessão solene que decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho durante a manhã, durante a tarde, nas comemorações organizadas pela Junta de Freguesia de Maceira de Cambra, no Edifício da Junta, e à noite, no Centro de Artes e Espetáculos, onde assistiu ao filme Soares é Fixe e ao concerto de Ricardo Ribeiro cantando Zeca Afonso. -----

Fazendo um aparte, relativamente às comemorações do 25 de abril, disse pretender deixar uma explicação aos senhores deputados municipais e às pessoas em geral, acerca do facto dos convites terem sido enviados com pouca antecedência, puxando a si a responsabilidade pelo ocorrido, agradecendo a disponibilidade, a preocupação e a colaboração do Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro e da Sr.ª vereadora Mónica Seixas, devendo-se a situação ao facto da manifestação de indisponibilidade do orador convidado para fazer a intervenção principal, ter ocorrido só no dia 18 de abril, às 20h43min, pelo que de imediato fez o convite a outra personalidade, tendo este também declinado na véspera, apesar do interesse inicial em participar no evento, pelo que os convites seguiram sem indicação do convidado e demasiado tarde, penitenciando-se perante os senhores deputados municipais pelo ocorrido. -----

Continuando, informou ter estado ainda presente: -----

- em 1 de maio, nas celebrações do 25º aniversário do Grupo Folclórico e Etnográfico de São Pedro de Castelões; -----

2025.05.08

- amanhã, dia 9, disse estar o deputado municipal Francisco Sousa Jorge, na inauguração das novas instalações da Casa do Futebol Clube de Porto de Vale de Cambra; -----

- no sábado, dia 10, estaria nas celebrações do 44.º aniversário do Clube Desportivo e Cultural de Maceira de Cambra; -----

- no domingo, dia 11, estaria no convívio anual da banda musical Flor da Mocidade Junqueirense. -----

Continuando, colocou à votação a ata da última sessão. -----

b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2025:-----

A Assembleia Municipal, com duas abstenções dos deputados municipais, Francisco Jorge Rodrigues de Sousa e Nelson Fernandes de Almeida, por não terem estado na referida sessão, e 25 votos a favor, **deliberou por maioria** dos 27 membros presentes, aprovar a ata da sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2025.-----

c) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais inscritos:

- **Victor de Sousa Tavares** cumprimentou todos os presentes, e os que se encontravam a assistir online. -----

Começou por se referir ao projeto do ecocentro, dizendo que foi muito bem elaborado, e que será uma mais valia para o concelho. Sobre o facto de poder vir a ser construído junto à avenida Dr. António Fonseca, que dá acesso à vila histórica de Macieira de Cambra, e a sua proximidade ao centro desta, na sua opinião, disse não ser o local mais recomendável para a instalação do ecocentro. Pediu ao Sr. Presidente da Câmara, que o esclarecesse sobre o assunto, sobre o que ficará visível para a avenida e para as habitações próximas e também, se as



viaturas pesadas teriam que percorrer a avenida toda nos dois sentidos, onde existe uma ciclovia. -----

Relativamente às obras de saneamento e fornecimento de água no lugar de Lourosa, parte alta do lugar, Aldeia e Barreiro, soube que um habitante do referido lugar, que frequenta a Câmara Municipal com assiduidade, tem tentado passar a mensagem nesse lugar, que o saneamento não avança por culpa da Junta de Freguesia, o que não corresponde à verdade, tentando esse habitante passar uma má imagem à opinião pública, talvez por embirrância política, pretendendo que o Sr. Presidente da Câmara o esclareça sobre o desenvolvimento desse processo, pois tendo acompanhado todo esse processo desde do seu início, para que as obras se realizassem de uma forma correta, teve sempre um comportamento correto e transparente, em defesa do interesse de Macieira de Cambra. -----

- **José Soares de Almeida**, cumprimentou todos os presentes e os que se encontravam a assistir online. -----

Deu nota de dois eventos que, no seu entendimento, foram muito relevantes para Vale de Cambra, como foi a abertura do Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra, evento que veio devolver o antigo edifício do Cinema de Vale de Cambra à população do concelho, processo que não foi fácil, mas terminou com muito sucesso, sendo esta, uma importante infraestrutura para a divulgação e criação de arte e cultura no concelho, que irá atrair pessoas de fora, para assistirem aos espetáculos que se irão realizar, e será um importante centro da vida cultural de Vale de Cambra. -----

Salientou que existem garantias de que o funcionamento do CAE não vai canibalizar as atividades culturais que são realizadas no Centro Cultural de Macieira de Cambra, porque este vai dispor de outras valências e de alguns equipamentos, que vão permitir conjugar os dois grandes polos para que todo o

2025.05.08

concelho seja abrangido por esse fenómeno cultural. Exemplo disso, tem sido por tradição dos últimos anos, o festival de teatro amador “ENTRAI”, que tem percorrido todas as freguesias do concelho, e que continuará nos próximos anos tal como, outras sessões de música. -----

Concluiu, dizendo que a conjugação destas importantes infraestruturas, e o relevante papel que muitas pessoas e entidades do concelho, nomeadamente bandas de música, ranchos folclóricos, grupos de teatro e muitos outros, têm desenvolvido, contribuem muito para a vida cultural do concelho, e também para a divulgação do património imaterial das terras de Cambra. -----

No domínio do desporto, informou que o Torneio de Campeões realizado no mês de abril teve a participação de mais de 800 jovens desportistas de todo o país, e a presença de algumas agremiações desportivas de maior relevância do país, que foram uma motivação e um incentivo para os jovens, tendo sido disputados jogos de todas as modalidades federadas coletivas que existem no concelho de Vale de Cambra. Destacou a importância do Torneio de Campeões, ter sido desenvolvido numa parceria muito forte entre a Câmara Municipal e os clubes do concelho, que têm dirigentes que trabalham muito e atletas que fazem sempre o melhor possível para representar bem Vale de Cambra, por todo o país. -----

A propósito disse que o Hóquei Académico de Cambra na modalidade Sub-23 de jovens se encontra entre as oito melhores equipas do país, a disputar a Final 8 do campeonato, sendo relevante que a maioria dos atletas têm menos de 18 anos e são do concelho. -----

Acrescentou que a realização do Torneio de Campeões, foi um evento desportivo muito importante para a economia local, porque contou num fim de semana, com a visita de provavelmente mais 2 a 3 mil pessoas que ocuparam a nossa hotelaria e restaurantes. -----

Por fim, parabenizou o executivo Municipal por estas duas realizações.-----



- **João Carvalho da Silva** cumprimentou todos os presentes, bem como os que se encontravam a assistir online.-----

Agradeceu ao deputado municipal José Soares, pelo multi informativo que divulgou, pois seriam também palavras que gostaria de deixar pelos eventos ocorridos, tanto culturais, como desportivos. -----

De seguida, disse que tinha feito um pedido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, há três meses, para que este solicitasse ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, uma documentação referente ao centro de meios aéreos, e a única coisa que recebeu, e tarde, foi um link que não abria, não tendo, por isso, conseguido aceder a essa informação. Tendo transmitido tal facto ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, depois disso, não recebeu mais nenhuma informação acrescentando que não pode estar três meses à espera da documentação referente a um processo, porque se não receber essa informação nos próximos dias, terá que a solicitar a outros órgãos, para que depois a possa analisar, pois trata-se de informação referente ao centro de meios aéreos, onde, na sua ideia, o Sr. Presidente da Câmara gastou um milhão e meio de euros e não aterra lá um helicóptero. Por se tratar de um tema importante e sério, este deve preocupar as pessoas, porque envolve o dinheiro de todos os contribuintes, dos Valecambrenses, necessitando de saber como é que o dinheiro está a ser gasto, se está a ser bem gasto e porque é que não aterram lá helicópteros. -----

Relativamente à atribuição da medalha de ouro ao Dr. António Júlio Correia Teixeira da Silva, já fez um ano no dia 25 de abril que apresentou a proposta, tendo sugeriu que a data mais bonita para fazer essa atribuição, seria o dia em que Portugal escolheu a Assembleia Constituinte, no 25 de abril do ano seguinte, mas ainda não foi feita a homenagem, nem sequer foi deliberado em reunião de Câmara a aprovação da medalha, e por isso ficou desiludido com o Sr. Presidente da Câmara, pela demora na atribuição de um título tão importante.-----

2025.05.08

Por fim pediu esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara, sobre um processo que corre no tribunal sobre a empresa Almeida & Freitas. -----

- **Ana Rita Martins** cumprimentou todos os presentes, e também os que se encontravam a assistir online. -----

De seguida perguntou ao Sr. Presidente da Câmara, qual o ponto de situação das obras do bar da praia de fluvial de Burgães, e do Ecocentro, que na sua opinião poderá provocar alguma desvalorização, porque está previsto ser construído junto da avenida do Dr. António Fonseca, numa zona residencial.-----

Sobre o saneamento, perguntou qual a taxa de cobertura no concelho, e como sabe que não existe uma rede total de saneamento, também questionou se a Câmara Municipal ia adquirir uma cisterna, porque no seu entendimento seria importante para a saúde pública. -----

Em relação à população da Lomba, que se queixa da falta de apoio da Junta e da Câmara, para fazer a recuperação dos espigueiros, considerados património cultural, questionou sobre o que é que está a ser feito nesse âmbito.-----

Sobre o CAE, Centro de Artes e Espetáculos, que se projeta ter um custo de 600.000€ (seiscentos mil euros), para ser dinamizado, perguntou como é que a Câmara Municipal pretende rentabilizar esse custo; em relação ao Centro Cultural de Macieira de Cambra, para ter dinamismo também, que custos a Câmara Municipal terá que suportar, nessa parte cultural. -----

Por fim, perguntou o que é que a Câmara Municipal pretende fazer num terreno situado em frente à Santa Casa da Misericórdia, e se já foi criado o artigo, porque soube da população, que em devido tempo foi prometido à instituição para fazerem lá um estacionamento.-----

- **Sérgio Miguel Soares** cumprimentou todos os presentes, e os que se encontravam a assistir online. -----



Informou que nessa data celebrava-se o Dia Mundial da Cruz Vermelha, e aproveitou para parabenizar a Delegação de Vale de Cambra da Cruz Vermelha, pelo seu trabalho na segunda edição das Jornadas da Saúde Mental, um projeto que foi atribuído pelo Município. -----

Parabenizou o Grupo Folclórico e Etnográfico de São Pedro de Castelões, pelos 25 anos de dedicação e empenho de todos os seus membros, que continuam no bom trabalho, e que tanto têm feito pela cultura de São Pedro de Castelões, e do Município. Recordou com saudade um colega seu, o Sr. Amaro, que foi o fundador do Grupo Folclórico. -----

Também parabenizou a ACR, pelos 50 anos, e todas as pessoas que estão atualmente nos vários setores, desde o basquetebol, futsal, atletismo, e xadrez, cujo campeonato se vai realizar brevemente, com 70 participantes. -----

Parabenizou todas as pessoas que passaram pela ACR, e agradeceu aos mais pequeninos, os Benjamins, que recentemente foram campeões. -----

Em seu nome e em nome da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões, parabenizou a Santa Casa da Misericórdia, na pessoa do seu Provedor, pelo excelente trabalho que tem feito naquela grande casa com 73 anos de existência.

Agradeceu e manifestou o seu reconhecimento a todas as coletividades, IPSS e associações, que se dedicam por carolice, para que não desistam de contribuir para uma melhoria da freguesia e do concelho. -----

- **Nelson Fernandes de Almeida** cumprimentou todos os presentes, e os que se encontravam a assistir online. -----

Informou que a sua intervenção seria ao mesmo tempo, um lamento e um pedido, pela falta da instalação de rede de fibra ótica em parte da freguesia de Cepelos, embora seja uma realidade em alguns lugares da freguesia, nos últimos sete anos, foram feitos contactos permanentes com a ANACOM e com algumas operadoras de telecomunicação, por intermédio da Câmara Municipal e, na última

2025.05.08

comunicação que receberam, esta falava de algumas consultas públicas que foram feitas ao longo dos anos, sendo a última de 2023, onde estavam identificadas algumas secções administrativas, mas atualmente na freguesia de Cepelos, os lugares de Tabaçó, Viadal, Gatão e Vilar, não têm acesso à rede de fibra ótica, e ao longo dos anos, a Junta de Freguesia tem recebido inúmeras queixas, porque as pessoas tem essa necessidade, ou por uma questão de trabalho, ou por uma questão de aulas, há cada vez mais pessoas a necessitar de trabalhar a partir de casa. -----

Acrescentou que ainda em referência ao e-mail que receberam, há uma previsão para a instalação dessa fibra ótica, no prazo de 3 anos, em que o primeiro ano seria os 35% das tais secções administrativas denominadas zonas brancas, depois, no segundo ano, 75%, e só no terceiro ano 100%. No entanto, este prazo só conta depois dos contratos virem a ser celebrados, tratando-se de um prazo demasiado distante, para uma necessidade iminente e atual. Tendo em consideração as condições anteriormente descritas, salientou que o seu pedido seria para que a Câmara Municipal intercedesse junto da ANACOM, a autoridade responsável, no sentido de que a fibra ótica possa vir a ser instalada o mais rapidamente possível, e não três anos ou mais. -----

Não havendo mais inscrições, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro, que cumprimentou todos os presentes, enviou uma saudação muito especial, para todos aqueles que se encontravam a assistir online, e passou a responder às duas questões colocadas: Respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, Vítor Tavares, em relação ao Ecocentro, disse ser algo que faltava no concelho há muito tempo, e que para suprir essa necessidade, a Câmara Municipal tinha apresentado uma candidatura para a sua construção, com um valor associado considerável, no entanto, acredita que vai dar uma clara resposta. Explicou que o



Ecocentro não representará rigorosamente nenhum perigo para ninguém, e que o projeto foi concebido com alguma dose de modernidade, para responder às necessidades do concelho, e será um local devidamente limpo e higienizado, com células que permitem a deposição de verdes, de televisões, máquinas de lavar, garrafas, ou papel, não sendo um sítio para a colocação de lixo indiferenciado ou resíduos domésticos, porque esses tem o seu circuito normal de recolha. Também vai ser construído um edifício paralelo à via, que será a imagem frontal do ecocentro, com uma entrada e ruas, onde as pessoas poderão entrar com as suas viaturas, fazer a deposição e sair tranquilamente. Na sua opinião, não haverá nenhum impacto ambiental, nem será expectável que hajam maus cheiros associados, sendo um espaço limpo, que tem que estar perto de um sítio onde existam pessoas e casas, e onde exista vida, de modo a que as pessoas possam com alguma facilidade, aceder ao Ecocentro. Acrescentou que a Câmara Municipal encontra-se disponível, para fazer uma apresentação do projeto à Junta de Freguesia, para desmistificar os medos associados a esse espaço. -----

Prevê-se que o sítio onde a Câmara Municipal tem o depósito de materiais, nomeadamente pedra, areia, brita e uma série de outros materiais, venha a sofrer obras de beneficiação, de melhoramento e embelezamento, e quem passar na avenida verá um edifício paralelo a esta, com um espaço que se pretende, também possa vir a servir como área de formação, onde se possa levar as crianças das escolas, para que sejam incentivadas as boas práticas ambientais.---

Admitiu que podem existir opiniões diferentes, mas a localização do ecocentro não lhe pareceu desadequada, e considerou que a sua construção não será lesiva para ninguém, muito menos para o ambiente, sendo um contributo para que haja um melhor ambiente no concelho.-----

Quanto à segunda questão, sobre terem dito que o saneamento não avança por culpa da Junta de Freguesia, esclareceu que a Câmara Municipal assumiu o

2025.05.08

compromisso de dotar a zona de Lourosa e Cimo da Aldeia com água e saneamento, e parte desse trabalho já foi executado, tendo sido apresentada uma candidatura para se fazer o prolongamento pós-cedente, na parte que falta até ao Cimo da Aldeia, e efetivar-se o fecho de rede naquele local. Acrescentou que o trabalho está a ser feito, o projeto foi executado e a candidatura também foi executada, estando a aguardar pela sua aprovação, para poderem avançar com o concurso e ser feita a execução desses trabalhos, por isso, reforçou perante o Sr. Presidente da Junta, e perante quem o estava a ouvir, que a culpa não é da Junta de Freguesia, nem é de ninguém.-----

Sobre a intervenção do deputado municipal José Soares, em relação ao CAE, manifestou-se também satisfeito, porque finalmente o CAE entrou em funcionamento, está a acolher boas referências e as pessoas estão a gostar, tendo uma programação interessante e diferenciada com o objetivo de chegar aos vários públicos, com algum equilíbrio.-----

Informou que o Centro Cultural de Macieira de Cambra, onde decorreram obras de beneficiação, tem um papel importante em todo o processo cultural, e que a Câmara Municipal apresentou uma candidatura que foi aprovada, para a instalação de cinema digital, cujo equipamento já se encontra instalado, pelo que dentro de pouco tempo vão pôr esse equipamento em funcionamento, abrindo também este Centro Cultural a um espaço de cinema com filmes recentes.

Sobre o Torneio dos Campeões, agradeceu a todas as associações que estiveram envolvidas, nomeadamente o CDC de Macieira de Cambra, à Associação Desportiva Valecambrense, ao Hóquei Académico de Cambra, ao Grupo Desportivo Lordelo e à ACR, que foram excelentes parceiros da Câmara Municipal, na organização do Torneio dos Campeões.

Agradeceu a todos os colaboradores da Câmara Municipal, que se envolveram e que deram o seu melhor, ao senhor vereador André Silva, que se empenhou



como sempre, muito e bem, e também ao deputado municipal José Soares, por ter recordado os dois assuntos.-----

Em resposta às questões do deputado municipal João Carvalho da Silva, quanto ao centro de meios aéreos, disse que já tinha dado ordem aos serviços para lhe enviarem essa informação, e que desconhecia o facto de ele não ter conseguido aceder à documentação, mas irá verificar o que se passa. Aproveitou para o corrigir em relação ao centro de meios aéreos, quando falou num milhão e meio de euros, isso não corresponde à verdade, porque só depois de terem acesso aos números, é que poderão discutir isso ao cêntimo.-----

Sobre o assunto da atribuição da medalha de ouro ao Dr. António Júlio, afirmou ainda não ter tratado do assunto, sendo a falha sua, mas o assunto será tratado com a máxima celeridade e o mais depressa possível, para dar andamento à proposta que foi feita na Assembleia Municipal, há algum tempo. -----

Quanto ao suposto processo em Tribunal da empresa Almeida & Freitas, esclareceu que foi só uma notificação via judicial, que a administração de Almeida & Freitas fez à Câmara Municipal, para a emissão de um documento, que tinha sido emitido, e o processo está sanado. -----

Quanto às questões colocadas pela deputada municipal Ana Rita Martins, no que se refere ao bar da praia fluvial, informou que as obras estão a decorrer com alguma lentidão, e em face disso, já foi enviada uma segunda notificação ao empreiteiro, para que aumente a carga de mão de obra, e faça o acerto do cronograma da obra, porque de facto a obra nunca parou, mas também nunca andou a uma velocidade que fosse visível. Em relação ao Ecocentro, já se referiu ao mesmo, respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Quanto à taxa de cobertura do saneamento, disse que depois o senhor vereador do pelouro lhe daria a resposta exata. -----

2025.05.08

Sobre o lamento dos moradores da Lomba, quanto à falta de apoio da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, disse que a Câmara Municipal tem feito muito pelo lugar da Lomba, desde ter sido feita a ligação a São Pedro Sul, que não existia, ao acesso à Capela e também um investimento na escola da Lomba. Em relação aos espigueiros da Lomba, referiu que para ser feita a recuperação desse espólio histórico, importante, e marca identitária da aldeia da Lomba de Arões, existe um projeto já alinhavado para se avançar com esse trabalho, embora haja a questão dos espigueiros pertencerem aos privados, não podendo a Câmara Municipal investir em espigueiros privados, devendo ser emitido documento por parte dos privados, a dizer que facultam e libertam esses espigueiros para o fim pretendido.-----

Sobre os custos da cultura, disse que todos sabem que a cultura tem custos, e por isso, vão tentar equilibrar esses custos, e fazer com que o preço da cultura seja por um lado, cultura de qualidade e por outro lado, os custos associados, sejam perfeitamente comportáveis para o município. -----

Quanto à questão do terreno em frente à Santa Casa da Misericórdia, adiantou que esse assunto será objeto de discussão e de eventual deliberação, em reunião de Câmara da próxima semana, e será tratado no dia subsequente ou nos dias subsequentes à deliberação da Câmara Municipal.-----

Relativamente à explanação que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro Castelões fez, sobre o trabalho de várias instituições do concelho, e particularmente na sua freguesia, referiu que esteve presente em algumas instituições, e parabenizou o Grupo Folclórico e Etnográfico de S. Pedro Castelões, pelos seus 25 anos, bem como a ACR pelos jovens Benjamins, que foram campeões distritais de futsal, onde também teve a honra de marcar presença, aquando da entrega do troféu pela Associação de Futebol de Aveiro.----



Sobre a segunda edição das Jornadas da Saúde Mental, disse que era um projeto que é desenvolvido no âmbito do PRR, dotado de um financiamento que a Câmara Municipal conseguiu para Vale de Cambra, com uma verba muito interessante, que permite desenvolver uma série de projetos de apoio a pessoas mais necessitadas e carenciadas, franjas da população que têm algumas patologias, nomeadamente na questão da saúde mental. Acrescentou que esse trabalho foi delegado pela Câmara Municipal, na Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Vale de Cambra, que está a implementar esse projeto e culminou com a realização das Segundas Jornadas da Saúde Mental, onde houve uma quantidade muito significativa de inscritos, tanto de Vale de Cambra, como de outros concelhos. -----

Em resposta à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Nelson Almeida, referiu que a Câmara Municipal tem acompanhado o assunto, tendo pedido insistentemente à ANACOM para exercer pressão sobre as várias operadoras, no sentido de fazerem o seu trabalho. Admitiu que a demora na resposta das operadoras de telecomunicações não agrada a ninguém, sendo certo que a rede de fibra tem vindo a crescer e a alargar-se a vários locais do concelho, mas acredita que dentro de algum tempo, a cobertura seja bem melhor do que aquilo que era há 2 ou 3 anos atrás. -----

Terminada a sua intervenção, deu a palavra ao vereador José Alexandre Pinho.-----

- O vereador José Alexandre Pinho cumprimentou todos os presentes, e também todos os que se encontravam a assistir online.

Sobre a questão do ecocentro, levantada pelo Presidente da Junta de Macieira de Cambra, corroborou tudo o que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, quanto aos acessos e à centralidade, referindo que, apesar de não ter de momento o projeto, tinha um vídeo representativo do mesmo, que podia facultar e mostrar

2025.05.08

para quem quisesse ver, no fim da sessão da Assembleia Municipal. Em referência à circulação de viaturas, disse que está previsto um corte no separador central, para facilitar o acesso de viaturas pesadas ao futuro ecocentro. -----

Quanto às questões da deputada municipal Ana Rita Martins, em relação à percentagem de cobertura da rede de saneamento, disse que era de 73%, conforme os números oficiais. Sobre a questão da cisterna, afirmou que a Câmara Municipal não tem cisterna, mas que existe a possibilidade de se recorrer às cisternas existentes no mercado, havendo para tal um valor previsto no Tarifário da Câmara Municipal, para quem quiser esse serviço de cisternas.-----

- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados, para intervenções complementares: -----

- João Carvalho da Silva agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara, por este ter reconhecido a existência de atraso na entrega da medalha, esperando que ela seja entregue o quanto antes.-----

Em relação ao centro de meios aéreos, propositadamente disse ter falado num milhão e meio de euros, mas poderia ter falado de três milhões ou dez milhões, para que o Sr. Presidente da Câmara percebesse que ele sem informação, não consegue falar sobre os temas. Considerou ser muito importante, ter acesso à documentação que solicitou, para poder falar com razão, discutir os temas frontalmente, e perceber qual é a situação específica de cada um deles. Apelou ao Sr. Presidente da Câmara, para que de uma forma urgente, lhe faça chegar essa documentação para sua análise. Sobre o processo da empresa Almeida & Freitas, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara, qual foi o documento que foi emitido, por quem é que foi emitido, qual a razão, e o que é que isso pode ou não, implicar na vida dos Valecambrenses. -----



Pediu esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara sobre o processo do PDM, questionando porque é que ainda não existe um projeto ou um plano, para ser apresentado na Assembleia Municipal.-----

- **Ana Rita Martins** referindo-se ao tema da cultura, disse ao Sr. Presidente da Câmara, que sabe que a cultura tem custos, mas se forem bem aplicados, fazem todo o sentido, até porque gostou muito da inauguração do CAE, que teve um concerto magnífico do músico Mário Laginha com a Orquestra Filarmonia das Beiras. Esclareceu não ter afirmado, que não queria que a cultura tivesse custos, apenas tinha perguntado, como é que o executivo da Câmara Municipal iria rentabilizar a questão da cultura para combater tão altos custos. Também perguntou, se o Centro Cultural de Macieira de Cambra ia ficar esquecido. Sobre o terreno em frente à Santa Casa da Misericórdia, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se o artigo foi criado ou não.-----

Parabenizou o Sr. Presidente da Junta de S. Pedro de Castelões, porque falou muito bem da ACR. Mencionou a gala dos 50 anos no dia 24, dizendo que quem quisesse aparecer também estava convidado. Recordou haver o aniversário de Macieira de Cambra, que no próximo sábado, fará 44 anos, sendo também de louvar esse evento. Dirigiu-se ao deputado municipal José Soares, e informou-o de que a ACR ainda vai disputar o campeonato, das dezasseis melhores equipas nos iniciados, com mais uma equipa. -----

- **Victor de Sousa Tavares** agradeceu o esclarecimento que lhe foi dado sobre o Ecocentro, e disse que a Junta de Freguesia estará disponível para reunir, e tomar conhecimento desse assunto, mais aprofundadamente.-----

- **José Soares de Almeida** disse que não tinha a nada a meter-se naquilo que são as afirmações dos outros deputados, mas ouviu o deputado municipal João Carvalho da Silva, a falar num milhão e meio, tendo depois dito que não seria, porque tinha falta de informação, e por isso, é que apontou para esse número. Na

2025.05.08

sua opinião considerou que não foi muito correto, da parte do senhor deputado fazer tal afirmação, só porque não dispunha de informação, porque muitos dos deputados presentes não conhecem o processo, e muitas pessoas que estão em casa também não, e ficam a pensar que um projeto desses custa um milhão e meio, quando na realidade não é de facto essa, a situação. -----

- **João Carvalho da Silva** em resposta ao deputado municipal José Soares, afirmou que ele também tinha dito que não confirmava o CAE em relação às empresas, que não tinha interesse a confirmação de um CAE quando fazia um contrato, e que as obras da feira não tinham interesse absolutamente nenhum. Acrescentou ainda que quando falou em relação ao valor, foi porque não tinha um valor exato, mas garantiu-lhe que o valor de um milhão e meio que tinha apontado, fará todo o sentido nos próximos três meses, se não for antes, e que o senhor deputado tentou desacreditar a sua intervenção. -----

Reiterou que tem que ter acesso à documentação, que ainda não lhe foi fornecida, tratando-se de um dossier importantíssimo para a estratégia do município, referente a um heliporto, no qual, não aterra nenhum helicóptero e onde já foram gastos muitos milhares de euros, e por isso pretende que os Valecambrenses fiquem a saber da situação, porque não acha normal que num heliporto não aterre helicópteros, e que haja um dormitório de um lado e um heliporto do outro, não sendo a melhor resposta que a proteção civil poderá dar.---

Por fim disse que pretendia que lhe fossem dadas respostas, porque foi eleito em 2021 pelos Valecambrenses, para fiscalizar, enquanto que o Sr. Presidente da Câmara foi eleito para governar.-----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal José Pinheiro respondeu à deputada municipal Ana Rita Martins, que só depois da deliberação de Câmara é que será iniciado o processo de criação dos artigos, por isso, o artigo ainda não foi criado. -----



Relativamente às questões proferidas pelo deputado municipal João Carvalho da Silva, sobre a informação que lhe foi enviada, e que não conseguiu abrir provavelmente por alguma incompatibilidade informática, disse que teve o cuidado de pedir aos serviços para lhe fazerem o envio, não lhe foi sonogada essa informação, de modo que irá pedir novamente aos serviços para que lhe façam chegar essa informação, porque estava convencido que isso já tinha sido enviado. -----

Sobre a questão do Almeida & Freitas, esclareceu que o documento em causa era uma certidão de caducidade da reserva do solo, que foi requerida pela administração da empresa Almeida & Freitas. -----

Quanto à discussão do PDM, referiu que a mesma esteve agendada para a Assembleia Municipal, mas pelas questões que entretanto foram colocadas, foi retirada, estando o processo em curso, terá o seu desfecho brevemente. Disse a todos os membros da Assembleia Municipal, ao público presente e a todas as pessoas que acompanhavam a sessão através do online, que efetivamente a questão do PDM é extraordinariamente lesiva para as pessoas, para Vale de Cambra e para as famílias, havendo muitas famílias que estão de momento numa situação verdadeiramente dramática, que corresponde à verdade das verdades, por causa da questão do PDM, sendo verdadeiramente insustentável não se ter o PDM aprovado. Referiu que há muitas empresas que estão em grandes dificuldades por causa do PDM, e investimentos no concelho que estão adiados por causa do PDM. Na sua opinião tem que haver um compromisso de todos, a Câmara Municipal também assumiu esse compromisso, aprovando em devido tempo o relatório, para ser submetido à Assembleia Municipal, havendo necessidade de um comprometimento coletivo, para se resolver rapidamente o problema, sob pena, de se estar a prestar um péssimo serviço ao concelho de Vale de Cambra, aos Valecambrenses, aos investidores e a todas as pessoas que

2025.05.08

necessitam da aprovação do PDM. Tendo em conta todos os constrangimentos que a lei publicada no final de 2024, impõe a todas as Câmaras Municipais, considerou que não ter PDM será de facto absolutamente lesivo, para o concelho de Vale de Cambra.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem do Dia, com a presença de 27 membros (20 diretamente eleitos + 7 por inerência da função de Presidente nas Juntas de Freguesia): -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

acerca da atividade desta e da situação financeira do município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e suas alterações (RJAL) de 01/02 a 31/03/2025:-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 16/04/2025, acerca da atividade e da situação financeira do Município, no período de 01 de fevereiro a 31 de março de 2025.-----

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2024: -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro, proferindo este umas breves notas sobre a execução em termos de concretização do planeado e orçamentado no ano de 2024, de cujas contas então apresentadas, disse nada ter a dizer em termos técnicos, considerando-as corretas, agradecendo todo o trabalho da Divisão Financeira. ----
Referiu-se então ao problema da execução física das obras, das empreitadas e da construção propriamente dita, dizendo que, à semelhança de outros municípios, também Vale de Cambra passa por uma fase de inexistência de propostas para a sua realização, ficando muitos concursos desertos e quando algumas das obras são adjudicadas, lida-se então com a efetiva baixa execução



por parte dos empreiteiros, como acontece com a obra do bar da Praia Fluvial, a que a deputada municipal Ana Rita Martins se referiu, querendo, tal como ela, que tudo já estivesse concluído, mas infelizmente, nessa como em muitas outras, tem havido dificuldade e incapacidade por parte dos empreiteiros de responderem afirmativamente e com celeridade àquilo que são as necessidades de carga de mão de obra para a execução atempada dessas empreitadas, fator principal desta não execução física, dado haver uma série de obras que estão adjudicadas, que estão em andamento, mas que, em termos de execução física/financeira não têm o valor desejado, não podendo ser imputada qualquer culpa, nem a si nem aos vereadores que têm o respetivo pelouro. -----

Finda a introdução, o Sr. Presidente deu a palavra ao vereador do pelouro, António Alberto Gomes, pedindo-lhe também que represente a Câmara Municipal na presente sessão, tendo em conta a necessidade de se ausentar momentaneamente. -----

No uso da palavra, o Sr. Vice-Presidente, António Alberto Gomes, proferiu a seguinte intervenção: -----

“São aqui hoje apresentados os documentos que permitem uma análise que responde às exigências de adoção de todos os sistemas contabilísticos, nomeadamente ao nível da contabilidade orçamental, contabilidade patrimonial e contabilidade de gestão. -----

Aquela análise alicerça-se desde logo no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano (GOP) – que se subdividem em Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal – documentos aprovados pela Assembleia Municipal em dezembro de 2023. São também prestadas informações suportadas em documentos contabilísticos de natureza patrimonial, económica e financeira, como sejam, no essencial, o Balanço e a Demonstração de Resultados por Natureza. Note-se ainda a inclusão de dados relativos à contabilidade de gestão, que nesta

2025.05.08

prestação de contas já possui dados ainda com maior sustentação, após o segundo ano de implementação. Assim, volta a efetuar-se a análise de custos e rendimentos por funções e, consequentemente, os resultados por produtos vendidos e serviços prestados. Aqui, quero salientar os resultados negativos em áreas que o município deve ter uma intervenção mais robusta com vista à sua redução. Desde logo aponto para 1,9 milhões de euros nos resíduos sólidos urbanos e 1,2 milhões de euros em água e saneamento, mais de 2 milhões de euros na promoção da cultura e também mais de 2 milhões no desporto. -----

Importa ter presente que, na generalidade, os critérios de imputação, que a contabilidade de gestão tem sempre que ter inerentes, foram similares aos utilizados em 2023. -----

Quero lembrar que os impostos municipais foram colocados e mantidos em taxas muito baixas, o que alivia o esforço financeiro dos valecambrenses enquanto munícipes, mas também das empresas que aqui operam, e isto é algo que, obviamente, exige um esforço acrescido na gestão. Não obstante, importa garantir que os nossos munícipes - atuais e futuros - se orgulhem desde logo das infraestruturas que o município possui, da qualidade da educação e dos serviços de saúde, enfim, de todos os serviços sociais, e, bem assim, do acesso a atividades culturais, desportivas e de lazer. -----

Posto isto, quero dar relevo ao aumento do ativo face às contas de 2023 em 1,6 milhões de euros e à praticamente manutenção do passivo (aumento de apenas 20 mil euros), sendo que o resultado líquido do exercício diminuiu 1,4 milhões de euros para um valor de -1 806 240,91 euros (valor que deverá ser transferido para a conta 56 – Resultados Transitados). -----

De notar o forte aumento nos gastos absolutos em Fornecimentos e Serviços Externos, com um aumento de 1 milhão de euros face a 2023, bem como o aumento de cerca de 500 mil euros em gastos com o pessoal.-----



Entendo ser de referir que os “Resultados antes de Depreciações e Gastos de Financiamento” foram nitidamente positivos – cerca de 2,5 milhões de euros, sendo que foram, sem margem de dúvida, essas depreciações, com mais de 4,1 milhões de euros, que maioritariamente conduziram a um resultado líquido negativo. -----

A execução da receita do ano de 2024 foi de 22,5 milhões de euros. Dentro deste valor, 19 milhões de euros correspondem ao montante das receitas correntes e 3,5 milhões de euros dizem respeito às receitas de capital executadas. O montante da receita total cobrada registou uma taxa de execução de 85,91%, face às previsões corrigidas.-----

Atentando a toda a estrutura da receita, verifica-se que as receitas correntes apresentam uma maior expressividade na sua cobrança face às receitas de capital, correspondendo a um peso de 84,47% face a 15,53%, respetivamente.-----

Devo ainda referir que a margem de endividamento do município já está num valor que ultrapassa os 18 milhões de euros, e que, em 2024 foram amortizados 782.782,85 euros de empréstimos bancários. É de ressaltar uma consulta ao mercado que se encontra a decorrer para financiamento da aquisição das instalações “Martins & Rebello” no valor de 2.300.000€, nos termos de autorização pela Câmara Municipal.-----

Termino afirmando que não me resta qualquer dúvida da superior preparação técnica de todos os documentos hoje aqui presentes neste ponto, e considerando também a informação que este relatório e contas será objeto de parecer positivo pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas sem qualquer reserva, pelo que este é um ponto que merece a aprovação desta Assembleia. -----

Com estes documentos se avalia a prestação de contas, cujos documentos foram produzidos por uma equipa que sempre apresentou um trabalho exímio sob a égide da transparência e do profissionalismo.” -----

2025.05.08

Finalizando, disse estar na sessão o chefe da DFP, Rui Valente, que estará disponível para qualquer esclarecimento técnico necessário. -----

O Sr. Presidente da Mesa agradeceu a intervenção, cumprimentou o Sr. Dr. Rui Valente, agradecendo-lhe a disponibilidade que tem para estar sempre presente nas sessões e, especificamente nesta, pelo facto de poder esclarecer qualquer dúvida neste ponto. -----

De seguida deu a palavra aos deputados municipais inscritos: -----

- **José Soares de Almeida** disse querer salientar dois pontos, um tem a ver com a forma como as Contas são apresentadas e, neste aspeto, reconhece que são contas certas, contas rigorosas, como é confirmado pelo Revisor Oficial de Contas, entidade qualificada e independente, que na sua certificação legal de contas deu disso nota, refletindo estas a verdadeira situação patrimonial e o que foi a atividade financeira do município no ano de 2024. -----

A propósito do ROC, disse que nas empresas, essa entidade não é sempre a mesma, para que não se criem cumplicidades, o mesmo tendo acontecido neste ano de 2024 na Câmara Municipal de Vale de Cambra, para que a política da apresentação de contas continue a ser correta e a refletir materialmente aquilo que é a atividade do município. -----

Um outro ponto tem a ver com a substância das Contas, afirmando que, em linha com aquilo que tem sido o passado, as Contas de 2024 refletem uma atividade com uma forte e empenhada racionalidade na gestão de recursos, com um reforçado equilíbrio financeiro, fatores que garantem uma sustentabilidade económica e financeira inquestionável e garantem também a equidade intergeracional, fator muito importante que o executivo tem tido, não criando custos e responsabilidades que possam onerar as gerações no futuro. -----

Referindo-se ao aspeto social das Contas, disse que em áreas, ditas importantes, como sejam o abastecimento de água, o saneamento, o executivo tem assumido



perdas geradas por essas atividades em prol da população, para que o município não seja uma “casa rica” e população fique pobre, mas sim, que seja precisamente o inverso, refletindo-se essa opção, também nos impostos municipais. -----

Nos impostos municipais afirmou que Vale de Cambra tem um quadro fiscal que é o mais favorável dos 17 concelhos da Área Metropolitana do Porto, sendo esta política fiscal, a certa, conclusão a que o executivo CDS/PP chegou, desde que entrou em funções, pretendendo comprová-lo com números, não números ficcionados, mas sim, reais. -----

Fazendo a comparação com o ano anterior, referiu que o município de 2023 para 2024 teve um aumento das receitas correntes próprias, que foi muito superior àquilo que são alguns custos correntes, nomeadamente aqueles que são mais rígidos, como sejam os custos com o pessoal. -----

Os custos com o pessoal, rubrica de muita rigidez porque não é fácil poder fazê-la variar ao longo do tempo negativamente, estes cresceram 6,2%; as receitas próprias, nomeadamente os impostos, contribuições e taxas, cresceram 11%, e as vendas e prestações de serviços cresceram 18% em valor, resultando todo este crescimento sem que tenha havido aumento dos impostos e sem que tenha havido aumento dos preços dos principais bens públicos que são servidos à população do concelho, significando assim, que o aumento se deveu a um aumento dos rendimentos que são gerados, consequência do aumento da população do concelho, criando-se assim mais receitas fiscais e por outro lado um maior consumo. -----

Referiu-se aos juros de depósitos a prazo feitos pela Câmara Municipal durante este ano, fator considerado importante, que atingiu neste ano o valor de 159 mil euros, mesmo com a existência de liquidez elevada, necessária, dadas as verbas afetas a projetos que têm em curso e até cauções de empreiteiros, num valor que

2025.05.08

ronda os 8 milhões de euros, espelhando esta racionalização financeira, uma preocupação da Câmara Municipal.-----

Relativamente ao equilíbrio financeiro das contas, referiu ter havido uma evolução de 2023 para 2024, tendo os Empréstimos bancários baixado de 7 milhões e 300 mil para 6 milhões e 500 mil, porque houve amortizações de empréstimos de 800 mil euros em linha com as amortizações que vinham sendo feitas nos anos anteriores e que a rubrica, Dívida a fornecedores, passou de 325 mil euros para 243 mil euros, ou seja, também foi reduzida em 82 mil euros, significando que, este passivo, a dívida exigível a bancos e a fornecedores, teve uma redução durante o ano de 886 mil euros.-----

Mais disse que, analisando o que representa a dívida exigível na proporção da totalidade do património - Ativo do Município - em 2023 esta representava 8,1% e em 2024 baixou para 7% do património da Câmara Municipal, que se compõe por edifícios, dívida a fornecedores, a bancos e tudo o que é identificado como Ativo.

A margem de endividamento legalmente permitida à Câmara Municipal para fazer face a qualquer situação contingente, tanto vinda do passado como advinda de outra situação severa e adversa, como a pandemia Covid 2019, ou agora com a atual situação de crise geoestratégica, situação que eventualmente poderá levar a que o concelho de Vale de Cambra, que é exportador e tem a economia muito aberta, a situações que poderão implicar, nomeadamente, a redução nas receitas de impostos, quiçá, a uma política social mais abrangente, esta margem, de 2023 para 2024 passou de 15 milhões e 700 mil euros para 18 milhões e 100 mil euros; o prazo médio de pagamento a fornecedores, muito importante para a sobrevivência da economia local, tanto em 2023 como em 2024 mantém-se em 15 dias, considerando ser, este, um dos melhores prazos médios de pagamento de qualquer entidade do nosso concelho.-----



Relativamente à política fiscal houve uma sucessão de reduções das taxas de impostos e, apesar dessa redução, as receitas têm aumentado o que significa que há mais base de incidência, que há mais geração de riqueza a proporcionar esses impostos. -----

A receita de IMI passou de 2 milhões e 300 mil para 2 milhões e 400 mil, tendo tido um crescimento de cerca de 5%, devendo-se a situação ao aumento do número de prédios a pagar, porque há novas aquisições além das isenções do seu pagamento, que já o deixaram de ser, tudo contribuindo para esse aumento.

A Derrama, imposto pago pelas empresas, passou de 822 mil para 1 milhão e 213 mil, apesar de se ter mantido a taxa, isso significa que houve um melhoramento, em termos de resultados gerados pelas empresas do concelho, podendo também ser devido à criação de mais empresas, representando um aumento, em percentagem, de 47%.-----

Na participação no IRS em 2,5%, houve também um crescimento da receita de 516 mil para 633 mil, o que significa um crescimento de 22%.-----

Fazendo as comparações entre épocas de governação, ou seja, em 2013, no início dos mandatos com o José Pinheiro como Presidente do executivo, caso se tivessem mantido as taxas, com as mesmas bases de incidência, pelas suas contas, a Câmara Municipal teria recebido mais 633 mil euros de IRS, mais 600 mil euros de DERRAMA e mais 400 mil euros de IMI, cerca de 1 milhão e 600 mil, valor que, frisou, a Câmara Municipal repartiu com a população para que haja um perfeito equilíbrio e não uma Câmara rica e uma população pobre. -----

No uso da palavra, Ana Rita Martins, dirigindo-se ao deputado municipal José Soares, disse que este, mais uma vez, se referia ao resultado da Derrama como consequência direta do investimento da Câmara Municipal, sabendo este perfeitamente que esse valor resultava do poder industrial existente em Vale de Cambra, do sucesso dos empresários e do esforço dos seus trabalhadores, não

2025.05.08

estando associado a nenhuma iniciativa deste Executivo, que nem zonas industriais fomentou, nem tomou parte em qualquer iniciativa para a criação de empresas neste concelho, o que gostaria que tivesse sido feito, mas infelizmente não o foi. -----

Sobre a Prestação de Contas, mencionou que o resultado negativo era superior a um milhão e oitocentos mil euros; referiu que as provisões na ordem dos setecentos e noventa e três mil euros, são manifestamente pouco para o que poderia vir a acontecer; que há um aumento significativo da dependência em termos da receita fiscal, de cerca de 11%, aumento que para si, não é positivo; que a tal rigidez mencionada nas despesas correntes e fixas, relativas a pessoal e fornecimento de serviços externos, que têm aumentado, não é positivo; que em contrapartida, existe uma diminuição das despesas de capital, diminuição que compromete o investimento e a futura geração de riqueza neste concelho, conforme se pode verificar pela tabela da execução orçamental da despesa de 2021 a 2024, no Relatório de prestação de contas. Sobre as despesas correntes, disse ser normal, terem sempre um valor muito significativo em relação às despesas de capital, verificando no ano 2024 uma evolução da execução das despesas correntes na ordem dos 81,41%, e nas despesas de capital verificou no ano de 2021 a taxa de execução foi de 34,32% verificando-se em 2024 com uma taxa de execução de 18,59%, frisando não ser a melhor situação para a geração de riqueza, ter despesas correntes na ordem dos 82%, e as despesas de capital na ordem dos 18%. -----

Sobre as alterações permutativas constatou que do lado da despesa houve 61, deduzindo que foi feita mais de uma alteração por semana o que é revelador da falta de planeamento deste executivo. -----

Por ter sido afirmado pelo Sr. Presidente da Câmara que o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortizations) foi positivo, referiu que no



ano de 2023, este passa de cerca de 1.865.000€ para um EBITDA de 2.507.000€, verificando-se uma diminuição de 36%, resultado revelador do estado de saúde do município, pois uma diminuição como esta, com tão grande discrepância de um ano para o outro, é reveladora de que no futuro surgirão problemas, sendo este dado, apesar de positivo, ainda mais revelador do que o resultado líquido negativo de 1.800.000€.

No uso da palavra, Ana Raquel Pinheiro cumprimentou todos os presentes e os que se encontravam a assistir online.

Disse pretender fazer uma curta análise, dado que a colega Ana Rita Martins já se tinha focado nas questões das quais também previa falar, como o EBITDA e as comparações em relação a despesas e receitas, concentrando-se, assim, na constatação de factos e, tendo em conta dados, como os existentes na tabela da página 28 e na tabela da página 39 do Relatório, existe uma baixa execução do plano plurianual, cuja taxa global é de 29%. Sobre esta baixa execução apontou percentagens de algumas rubricas, como a Saúde, com execução de 0% ou 1,5% e a o turismo, com 8%.

Sobre esta trajetória das Contas, disse ter alertado no início do mandato, que estas não representam a sustentabilidade do Município, como espelha agora a análise feita destes três anos. Relativamente aos custos por atividade de funções, salientou o défice registado na água, saneamento e recolha dos resíduos sólidos urbanos, três rubricas que representam 3 milhões.

Disse não fazer questões diretas ao Sr. Presidente porque certamente não iriam ter resposta e deixar somente estas meras observações relativamente à execução, por considerar insustentável esta trajetória do Executivo, não sendo assim que conseguem fixar pessoas e fazer crescer Vale de Cambra.

No uso da palavra, José Soares de Almeida disse pretender dar resposta a duas afirmações feitas, uma em relação à derrama, imposto que incide sobre os

2025.05.08

lucros das empresas, e, gerado por mérito dos empresários e dos trabalhadores todos que trabalham, frisando que o executivo CDS/PP foi muito mais amigo dos empresários do que foi o PSD, pois este, quando estava no executivo, a taxa da derrama era 1,5%, tendo o CDS baixado para 1%, ou seja menos um terço da taxa, o que fez com que os empresários, tenham pago menos de 600 mil euros do que teriam pago se se tivesse mantido a taxa que estava em vigor no tempo do PSD.-----

Disse concordar que existe realmente rigidez nos custos com pessoal, mas relativamente aos fornecimentos e serviços externos, o mesmo não acontecia, uma vez que muitos dos valores são referentes a contratações e subcontratações, os quais podem ter um comportamento de maior variabilidade. Com a sustentabilidade e com a redução do EBITDA, foi referido, quer pelo seu vereador, quer por ele mesmo, que de facto a Câmara Municipal teve uma política social, manteve o preço de alguns bens e serviços públicos a níveis muito inferiores àqueles porque são vendidos e servidos em concelhos vizinhos além de baixar as taxas de IMI, de derrama e de participação no IRS que existiam no tempo do PSD, pois que se o CDS/PP tivesse mantido aquelas políticas, teriam certamente mais 1 milhão e 600 mil de EBITDA, o qual passava de 3 milhões e 800 mil para 4 milhões e 100 mil, mais equilibrado, sim, mas menos social, sendo, assim, inquestionável a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal. -----

A propósito da eficiência financeira, disse que o anuário dos municípios portugueses, documento relevante feito a nível universitário, o município de Vale de Cambra está dentro dos primeiros 100 dos 308 municípios do país analisados, demonstrando este ranking que Vale de Cambra se encontra num bom nível de sustentabilidade, ao contrário do período de antes de 2013, quando havia uma dívida a bancos de 12 milhões e 200 mil euros que, entretanto, baixou para 6 milhões e 500 mil, além da dívida a fornecedores de 2 milhões e 200 mil que



baixou para 2 milhões e 443 mil, tendo passado também de 14 milhões e 300 mil para 6 milhões e 700 mil, o passivo exigível total a fornecedores e bancos, bem como o valor total do ativo, que passou de 16,7% para 7,06%, sendo a margem de endividamento de 2014 inferior a 1 milhão de euros, capacidade esta que agora é de 18 milhões de euros.-----

Recordando novamente os tempos de início de funções deste executivo CDS/PP, disse existir uma grande dívida a fornecedores, que só em subsídios atribuídos às associações do nosso concelho e não pagos, chegou-se ao valor de 368 mil euros, conforme revelado após uma auditoria feita, havendo agora condições financeiras para pagar aos fornecedores no prazo médio de 15 dias. -----

No uso da palavra, João Carvalho da Silva disse não pretender falar da posição financeira do município, dado que as deputadas municipais do PSD e do PS já o fizeram, mas quer deixar a sua opinião sobre a defesa feita pelo deputado municipal José Soares que fala quase em modo de campanha, mas não tem coragem para falar de água e saneamento, setor onde há centenas de valecambrenses que não sabem o que é ter água da rede pública, nem sabem o que é ter ligação ao saneamento, sem os arruamentos pavimentados, continuando o deputado José Soares a afirmar que “estamos bem, nunca estivemos tão bem”, comparando a atual situação à de há 12 anos atrás, esquecendo-se de lembrar que foram os anteriores executivos do PSD que mais obra fez em Vale de Cambra, pensando que certamente não haverá necessidade de listar o que foi feito, sabendo perfeitamente do que se está a falar, o vereador António Alberto Gomes, que também serviu no anterior partido, sabendo este bem da diferença em termos de execução, entre os mandatos PSD e CDS/PP, assim como os presidentes das Juntas de Freguesia de Castelões e da União das Freguesias, sobre os quais se poderia dizer que fizeram obra, mas fizeram-na quando pertenciam ao PSD e não ao CDS/PP que promete, mas não faz. -----

2025.05.08

Repetindo, frisou que o CDS promete e não faz, tendo o deputado José Soares mantido o seu papel de justificar as contas, as percentagens, mas nada disse sobre os investimentos feitos durante quase doze anos, porque foram mesmo muito poucos e só se cala quando alguém do CDS/PP conseguir enumerar mais obras feitas em doze anos do que o PSD fez durante os mandatos de 8 anos.-----

No uso da palavra, José Soares da Almeida frisou que os discursos feitos pelo deputado municipal João Carvalho da Silva, já os ouviu há 4 anos e há 8 anos, na véspera das eleições, mas as pessoas, quando se manifestaram através do seu voto, deram sempre uma resposta adequada.-----

No uso da palavra, Ana Raquel Pinheiro disse querer esclarecer que quando referiram a insustentabilidade ou a falta de sustentabilidade da prestação de contas, se falou, não por falta dela, mas no sentido de que poderia haver muito mais sustentabilidade nas contas e se podia ter feito muito mais por Vale de Cambra, sabendo, contudo que as contas estão certas, não havendo qualquer falha, tecnicamente falando. -----

Quanto ao referido sobre a posição de Vale de Cambra no ranking dos municípios, referiu que apesar de estarmos no primeiro terço da tabela, os municípios vizinhos, como o de Arouca, Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis encontram-se num posicionamento superior ao nosso.-----

No uso da palavra, João Carvalho da Silva disse querer reforçar a ideia da deputada municipal Ana Raquel Pinheiro, dizendo que também tem a certeza que as contas estão certas, depositando muita confiança, estima e consideração pessoal e técnica no responsável pelas contas da Câmara Municipal. -----

O que fez na sua última intervenção, foi falar do investimento que é feito ou que não é feito, considerando de muito mau gosto, a resposta dada à sua intervenção, pois pelo facto de se ter uma maioria absoluta, não se é dono de Vale de Cambra



e o dinheiro dos valecambrenses não é uma conta a prazo, mas sim, uma conta à ordem e deve estar ao dispor dos valecambrenses.-----

No uso da palavra, Ana Rita Martins quis responder ao referido pelo deputado José Soares de Almeida, quando este disse que o CDS tinha sido mais amigo dos empresários do que o PSD, afirmando que essa questão teria de ser esclarecida pelos empresários, podendo afirmar que, pelo menos, no que diz respeito a áreas disponibilizadas para Zonas Industriais, não o foi, pois não melhorou nem expandiu zonas industriais, o que para os empresários poderia ser uma opção melhor do que ter uma taxa de derrama mais baixa.-----

Sobre a dívida deixada pelo PSD, e que ainda é falada mesmo passados 12 anos, esta existia porque houve investimento, aguardando agora pela dívida que também o CDS vai deixar se conseguir fazer em 6 meses o que não fez em quase 12 anos e caso consiga terminar esses investimentos, poderia comparar as obras feitas e as dívidas deixadas para aí, então, lhe dar os parabéns.-----

Findas as intervenções das bancadas do PS, PSD e CDS/PP, o Sr. Presidente da Mesa voltou a dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para eventuais esclarecimentos: -----

No uso da palavra, este disse que as contas já estavam esclarecidas, acrescentando ser uma realidade que o município tem dependência da receita fiscal, assim como o Estado tem dependência da receita fiscal, sendo este o corolário lógico daquilo que é o funcionamento das instituições nacionais.-----

Sobre as comparações feitas, nada pretende afirmar por não ser esse o seu modo de trabalhar, fazer mais ou fazer menos, comparar quem se portou melhor, quem se portou pior, pois se fosse essa a questão, poderia fazer referência a obras feitas pelo CDS/PP nas épocas em que esteve no executivo, poderia falar de obras que o PSD não fez, mas a realidade maior é a de que, logo no início das suas funções à frente do executivo, teve de pagar muitos milhões de dívida feita

2025.05.08

anteriormente, tendo enfrentado momentos difíceis, especialmente o seu primeiro mandato, que foi difícil em termos de equilíbrio das contas. -----

Referiu que os fundos comunitários foram exaustivamente aproveitados, tendo sido opção, fazer investimentos com base em fundos comunitários, pelo que, sempre que ouve dizer que a Câmara do CDS não fez obra, provavelmente poderia durante meia a uma hora, a mostrar em filme as muitas obras que foram realizadas por todo o concelho. Foram feitas candidaturas e aproveitados largos milhões em expansão da rede de água e saneamento, na requalificação de todo o parque escolar do nosso concelho, entre uma série de obras que se viesse a referenciá-las se tornaria fastidioso. -----

Sobre as intervenções feitas, que ouviu atentamente, tal como muitos dos que no momento assistiam à transmissão online, estas deram a sensação de que atualmente se vive num concelho subdesenvolvido, num concelho de terceiro mundo, quando efetivamente não o é, devendo todos os valecambrenses ter orgulho no nosso município, independentemente de quem o governa, além de todos ter o dever de, acima de tudo, ser um pouco mais justos e razoáveis nas afirmações proferidas. Sabe que existem afirmações cíclicas, estando estas relacionadas com as eleições que se aproximam, contudo, as pessoas que as ouvem são inteligentes e sabem a verdade do que se diz. -----

Afirmou que o presente executivo fez obra, pagou obra e continua a ter um prazo médio de pagamento a fornecedores de 15 dias, havendo ainda candidaturas a decorrer do quadro comunitário Portugal 20 20, que agora termina, já se estando a trabalhar intensamente e sob altíssima pressão, a fazer projetos, a fazer candidaturas no Portugal 20 30, para obras que servirão os valecambrenses, em “*timings*” que são impostos, tanto a este município como aos restantes municípios portugueses, e têm de se cumprir, nada tendo a ver com datas eleitoralistas, nem fins de ciclo, sendo esta a realidade do momento. -----



Esclarece que, nestas questões deve ser tida uma postura séria e, tal como o Sr. Vice-Presidente lembra e, com muita assertividade, o presente executivo não vai deixar dívida, excecionalmente a que decorre do empréstimo para pagar o parque subterrâneo, ainda em fase de amortização, sendo nesta sessão ainda colocado à consideração de todos um grande desafio, em sua opinião, um projeto bastante arrojado, agregador e importante para Vale de Cambra, que é a aquisição da firma Martins & Rebello.-----

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou o ponto à votação: -----

A Assembleia Municipal, com 7 votos contra, 3 da bancada do PS e 4 da bancada do PSD, a abstenção do Presidente da Junta da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, Manuel Correia de Campos e 19 votos a favor, da bancada do CDS/PP e do Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, **deliberou por maioria**, aprovar os documentos de Prestação de Contas do ano 2024, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2, do artigo 25.º do RJAL, conforme a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 07/04/2025.-----

Declaração de voto da bancada do PS: “A prestação de contas evidencia que a Câmara Municipal promete fazer um conjunto de iniciativas e, depois, não as executa. A baixa execução de todos os investimentos – apenas executamos 16% do que estava previsto, revela um problema grave, não estamos a conseguir fazer aquilo que é necessário para o nosso território crescer. É por isso, que esta bancada não valida o resultado das políticas do atual executivo, não bastam impostos baixos, precisamos de mais ação para garantir futuro para Vale de Cambra.”-----

2025.05.08

Declaração de voto da deputada municipal Ana Rita Fernandes Martins: "Um Resultado Líquido negativo de 1.8 milhões, é algo que não é manifestamente positivo.-----

Houve um aumento substancial das despesas correntes e fixas (custos com o pessoal e FSE), que de 2021 a 2024 teve um aumento do seu valor e da sua taxa de execução; em contrapartida a taxa de execução das despesas de capital, que potencialmente representam o investimento, tem no ano de 2024, uma taxa de execução de 18,59%. Para além disso temos ainda uma diminuição do EBITDA de 3,9 milhões em 2023 para 2,5 milhões em 2024, uma diminuição de 36%.-----

O EBITDA é revelador do "estado de saúde" de uma entidade, assim a diminuição deste valor, mesmo que positivo, é alarmante.-----

Por fim, o orçamento na parte da despesa teve 61 alterações permutativas, o ano tem 52 semanas, houve mais que uma alteração por semana, o que é revelador da falta de estratégia deste executivo.-----

Por tudo isto e pelo que foi discutido no ponto, voto contra."-----

3. APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2024: -----

Sem intervenções. -----

A Assembleia Municipal, com 6 votos contra, 3 da bancada do PS e 3 dos membros da bancada do PSD, João Carvalho da Silva, Rosária Tavares e Daniel Barbosa, a abstenção de Ana Rita Martins da bancada do PSD e 20 votos a favor da bancada do CDS/PP e do Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, **deliberou por maioria**, aprovar a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2024, conforme a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 07/04/2025.-----

Declaração de voto da bancada do PS: "Não podemos votar favoravelmente a integração de um resultado negativo de quase 2 milhões de euros, pelo simples facto de que o mesmo revela que, além desta Câmara Municipal não executar o



seu orçamento, faz uma gestão setorial que promove sérios desequilíbrios financeiros às contas da autarquia, comprometendo o futuro.”-----

Declaração de voto da deputada municipal Ana Rita Fernandes Martins:

“Abstenho-me, pois apesar de ser um Resultado Líquido negativo, este ponto refere-se a uma mera operação contabilística natural.”-----

4. SUSPENSÃO DO PAEL - PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL:

Sem intervenções. -----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade dos 27 membros presentes, aprovar a proposta de suspensão da aplicação do Plano inerente ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, conforme a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 07/04/2025.-----

5. REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA A SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DE DOIS CARGOS DE DIRIGENTE DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU, UM PARA A UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS - DIVISÃO DE ADMINISTRATIVA, JURÍDICA E DE RECURSOS HUMANOS, E OUTRO PARA A UNIDADE DE AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E IDADE MAIOR - DIVISÃO DA AÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Alberto Gomes pedindo este ao vereador do pelouro os devidos esclarecimentos sobre o ponto.-----

O vereador José Alexandre Pinho referiu que as presentes deliberações ficaram pendentes, visto que se priorizaram os concursos para as direções intermédias de segundo grau, pretendendo-se neste ponto a revogação das decisões tomadas sobre estes concursos, considerando também que dois dos elementos do júri já se reformaram e que num futuro próximo, ou através de uma reestruturação orgânica, ou através de uma abertura de novo concurso, se poderão suprir estes lugares que existem para o município de Vale de Cambra.-----

2025.05.08

O Sr. Presidente deu a palavra aos deputados municipais inscritos: -----

- **Manuel Correia de Campos**, Presidente da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, cumprimentou todos os presentes e os que se encontravam a assistir online.-----

Disse que o seu voto nesta questão vai ser contra, porque em 2014 a Câmara Municipal tinha cerca de 180 funcionários e não vê motivo para, com 363 funcionários no quadro, a contar com os recibos verdes, haver um aumento de mais dois, parecendo-lhe que todos os meses há um aumento de funcionários.

Referiu já ter sido gerente de uma empresa e, pelo que vê e ouve, os recursos humanos não estão a ser devidamente aproveitados, o que parece muito mal à Câmara Municipal.-----

Regressando à sessão e retomando a representação da Câmara Municipal, o Sr. Presidente da Câmara Municipal deu de imediato a palavra ao vereador do pelouro para responder à intervenção feita.-----

O vereador **José Alexandre Pinho** esclareceu que estava em causa deliberar sobre a revogação de uma decisão, ou seja, não fazer a correspondente abertura do procedimento para estes dois lugares, que posteriormente serão retirados do Mapa de Pessoal conforme agendado no ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

Dada a palavra aos deputados municipais e no uso da palavra, João Carvalho da Silva disse, por ter tido pouco tempo numa anterior intervenção e ter respeitado a organização dos tempos feita pelo Presidente da Mesa, querer usar o tempo de intervenção neste ponto para responder ao referido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal quanto à obras feitas durante os seus mandatos, frisando que poderá realmente haver muitas obras feitas, mas que seriam apenas de manutenção, porque efetivamente quem fez os edifícios, como as muitas escolas, o Tribunal, as Piscinas Municipais, a GNR, foi o executivo PSD, sendo normal que agora se façam obras para as manter em condições de utilização,



mas são apenas obras de requalificação, não podendo aquele afirmar ter feito obra, ter feito investimento com o dinheiro dos contribuintes na concretização efetiva de uma obra em particular, porque não o fez. -----

Mais afirmou que, essa ideia de desculpar-se sempre com o pagamento da dívida, haveria de estar sempre com o Sr. Presidente, achando que um dia, bem mais lá para a frente, dirá que, quando foi Presidente da Câmara Municipal, não fez nada porque teve de pagar uma dívida deixada pelo PSD, cuja razão de existir foi a de deixar um trabalho notável e uma marca notável, da qual se orgulha, juntamente com outras “marcas” deixadas pelo executivo PSD e que permitiram que Vale de Cambra se desenvolvesse, apesar da falta das redes de água potável e redes de saneamento pelas quais irá lutar sempre até que o último valecambrense tenha ligação de água e de saneamento em casa.-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que frisou ser sempre igual, este discurso do deputado municipal, pretendendo fazer-lhe duas correções às afirmações feitas, porque tanto o Tribunal como o posto da GNR foram construídos em terreno cedido pela Câmara Municipal e só, tendo o Estado português assumido o restante investimento, bem como a manutenção que também é feita pelas entidades respetivas.-----

Sobre a muita coisa que foi feita no nosso concelho, independentemente de ter sido feito pelo CDS ou ter sido feito pelo PSD, existe muita obra feita, continua a ser feita a obra e, no futuro, será feita a obra, estando neste momento, o executivo a trabalhar para deixar um grande número de obras lançadas, candidatas e com financiamento, considerando-se todos estes processos muito dinâmicos e nunca acabados, por haver continuidade de ação nos vários mandatos que também já foram do CDS/PP, bastando recuar ao tempo pós 25 de abril e ver que uns fizeram mais outros menos por Vale de Cambra, porque se trabalhou sempre conforme os meios tidos à data, devendo valorizar-se todos

2025.05.08

aqueles que fizeram e que se predispuseram a trabalhar em prol dos Valecambrenses, estando de consciência tranquila, porque sempre esteve ao serviço da comunidade, esteve sempre disponível para trabalhar para os Valecambrenses, fez sempre o que lhe era possível fazer, apesar de não ser tudo o que tinha pensado fazer, mas estar na oposição é fácil, ao contrário de estar em funções. -----

Interrompendo, por haver algum ruído da parte do líder da bancada do PSD, o Sr. Presidente da Mesa pede para que não hajam reações como risos e comentários, enquanto uns e outros falam, para que não tenha de intervir, pedindo calma. -----

Continuando a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que todos os executivos fizeram muito trabalho de requalificação, gasto muito dinheiro, tendo havido alguns financiamentos, como o do parque escolar que foi praticamente todo requalificado, podendo Vale de Cambra orgulhar-se de ser um dos poucos municípios que aproveitaram integralmente os fundos comunitários para que as nossas crianças tivessem boas condições de ensino, assim como o foi, em muitas outras áreas. -----

Foi colocado o ponto à votação. -----

A Assembleia Municipal, com o voto contra do Presidente da Junta da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, Manuel Correia de Campos e com 26 votos a favor, **deliberou por maioria**, aprovar a proposta de revogação da decisão relativa aos procedimentos concursais para a seleção e recrutamento de dois cargos de dirigente de direção intermédia de 3.º grau, um para a Unidade de Recursos Humanos - Divisão de Administrativa, Jurídica e de Recursos Humanos, e outro para a Unidade de Ação Social, Saúde e Idade Maior - Divisão da Ação Social e Educação, deliberação tomada no ponto 5 da Ordem



[Handwritten signature]

do Dia da sessão de 18/02/2022 deste órgão deliberativo, de acordo com a deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião de 18/02/2025;-----

6. MAPA DE PESSOAL 2025 – 1ª ALTERAÇÃO: -----

No uso da palavra, o Sr. Presidente deu a mesma ao vereador do pelouro, José Alexandre Pinho, referindo este que as alterações feitas se traduzem na criação de mais dois lugares de técnicos superiores, que não representam um aumento de custos no mapa pessoal, dada a alteração anteriormente aprovada.

Nada mais foi acrescentado pelos deputados municipais. -----

A Assembleia Municipal, com a abstenção de Ana Rita Martins e com 26 votos a favor, **deliberou por maioria,** aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal 2025, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, conforme a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 15/04/2025.-----

7. AUTORIZAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA MARTINS & REBELLO, E A CONSEQUENTE MODIFICAÇÃO AO PLANO COM INCLUSÃO DA AÇÃO DE AQUISIÇÃO E REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA MARTINS & REBELLO: -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, dizendo este que esta proposta de deliberação será um momento histórico para Vale de Cambra.-----

Fazendo uma pequena resenha, disse que inicialmente se pensou na aquisição da empresa Almeida e Freitas para aí instalar o Museu da Indústria dos Laticínios e outras valências, nomeadamente na área da formação profissional, que, eventualmente, fosse possível alojar naquele espaço, tendo-se então realizado algumas reuniões onde se revelaram várias contrariedades. Entretanto, surgiu outra hipótese, outro local, focando-se o interesse na aquisição do Martins & Rebello, cujo propósito foi de encontro à vontade manifestada pelos proprietários

2025.05.08

no sentido de colaborarem com a Câmara Municipal, facto que importa referir e enaltecer, para então se dar seguimento à ideia da instalação do Museu, pedindo-se, assim, que a Assembleia Municipal dê a sua anuência a esta transação, tendo-se, paralelamente, de definir um bom plano para aquele grande espaço, que tem um potencial para um futuro extraordinário, podendo vir a ser um espaço verdadeiramente diferenciador e catalisador do desenvolvimento em Vale de Cambra.-----

Neste momento, prevê-se que a requalificação das instalações seja faseada, considerando a dimensão do espaço, sendo importante a aprovação para que se possa desenvolver o projeto e o plano de ação para aquele espaço. -----

Vale de Cambra foi o berço dos laticínios com o Martins & Rebello, que era, à data, uma cidade industrial com enorme relevância e enorme impacto na zona do Pinheiro Manso, mas também com enorme impacto na economia do concelho, a criação de emprego, portanto, no fundo, o Martins & Rebello e a Lacto Lusa eram a âncora da economia concelhia, espaços ligados à memória do que foi a importância da indústria de laticínios no nosso município, pois foi em torno dos laticínios que muita da nossa indústria se desenvolveu, cresceu, se afirmou numa primeira fase localmente e depois em fases subsequentes, a nível nacional e também a nível internacional. Com a presente decisão tenta-se valorizar, proteger e defender a memória de um espaço que tem uma ligação afetiva, uma ligação umbilical ao concelho de Vale de Cambra, ao desenvolvimento do concelho, esperando que a Assembleia Municipal dê este passo da máxima importância para o futuro de Vale de Cambra, para a preservação da identidade e da memória de Vale de Cambra, dos valecambrenses, da nossa indústria, das nossas origens, criando-se também condições para que o futuro dentro daquele espaço seja verdadeiramente um futuro de inovação, de desenvolvimento, de criação de



conhecimento para que seja um espaço que possa vir a ser reconhecido nacional e internacionalmente. -----

Mais disse que de forma cautelar, já pediu o registo da marca Museu Nacional de Laticínios, que já se encontra publicado, não invalidando que este possa também ser Museu Nacional de Laticínios, da Indústria e da Identidade e da Memória de Vale de Cambra e dos Valecambrenses, fazendo jus ao que foi a visão das pessoas que criaram, tanto o Martins & Rebello, como a Lacto-Lusa, que foram dois verdadeiros ícones do concelho, da indústria de Vale de Cambra e do país.

A propósito do referido no esquisso apresentado na reunião da Câmara Municipal, do que seria o objetivo para este espaço, disse que a menção a um potencial nome para o espaço, não teria qualquer aplicabilidade, devendo, por isso, ser desvalorizado. -----

O Sr. Presidente deu a palavra aos deputados municipais:-----

- **João Carvalho da Silva** disse reiterar tudo o que falou na última sessão, mencionando ficar satisfeito pela compra deste edifício do Martins & Rebello, que é, sem dúvida, um marco identitário para todos os valecambrenses, de várias gerações, não só pela sua componente industrial, mas também social, pois tem uma magia, um brilho que atrai e faz com que todos gostem de lá ir, de passar lá e de lá estar, local onde passaram tantas gerações, muitas delas casaram, tiveram filhos, cresceram, sendo o Martins & Rebello também um edifício com uma estética lindíssima, deixando os parabéns ao Sr. Presidente pela iniciativa de mudar ao reconhecer que esta era a melhor opção.-----

Referiu-se ao dia em que o proprietário do Martins & Rebello, intervindo numa sessão, veio oferecer essa possibilidade dizendo que, ao ouvi-lo presencialmente, viveu um dos momentos mais marcantes da sua presença nesta Assembleia, porque alguém veio ao púlpito dizer “isto era da minha família e passa a ser de

2025.05.08

todos vós”, facto que lhe deu uma enorme satisfação, sendo para si, uma honra ser deputado municipal no mandato em que isto aconteceu.-----

Tem, por isso, a certeza que quem vier no futuro terá a responsabilidade e a obrigação de o meter—num programa de governo, não pode perder esta oportunidade de requalificar um edifício cheio de história e de histórias, sendo importante que no futuro, este edifício seja o Museu Nacional de Laticínios, seja a nossa verdadeira identidade para que as nossas crianças possam perceber a sua génese e seja também o nosso marco no país e no mundo.-----

- **Ana Raquel Pinheiro** disse ser importante, para espaços como este, ter um bom plano de dinamização, um plano à altura da história do futuro Museu Nacional dos Laticínios, devendo ser elaborados estudos do impacto económico-financeiro deste investimento, seja no âmbito da aquisição como do plano de investimento e da sua dinamização. -----

- **Sérgio Miguel Soares** mencionou sentir um grande orgulho em ver discutido este ponto, lembrando-se do falecido Eng.º Rui Leite, ex-Presidente desta Assembleia Municipal, e do quando ele teria ficado contente por ver este edifício a ser adquirido pelo Município para os valecambrenses, no intuito de criar o tão pedido e desejado Museu Nacional de Laticínios.-----

Deixou um bem-haja à Câmara Municipal por esta atitude e também ao Dr. António Pedro Rebelo pela coragem, cumprimentando por isso toda a sua família por se ter dirigido a esta grande casa da democracia mostrando disponibilidade em negociar as instalações que a todos os valecambrenses diz muito, principalmente às pessoas que nela trabalharam, deram o seu melhor em tempos difíceis, tempos em que antes sobreviviam só pela agricultura.-----

Espera que seja um edifício rentabilizado por todos, que inclua uma incubadora de empresas, uma quinta pedagógica para os mais novos saberem o que era a agricultura, um gabinete de apoio à agricultura, e não só, pois o espaço dará para



desenvolver muita coisa, sendo de opinião de que os jovens e os empresários devem participar, idealizando aquele espaço, prestando apoio baseado em conhecimentos e experiência empresarial e que não seja esquecida toda a envolvência, como os rios e os trajetos como forma de impulsionar o turismo da zona.-----

Deixou o seu agradecimento ao Dr. Pedro Rebelo pela passada intervenção feita naquele púlpito que certamente marcou a diferença na tomada de posição, bem como pelos muitos préstimos à freguesia de São Pedro Castelões, tanto na forma de patrocínios, como pela interação tida em eventos, dando a conhecer as instalações da empresa.-----

- **Ana Rita Martins** louva o facto de se ter conseguido negociar esta aquisição do edifício do Martins & Rebelo pelo valor de 2,3 milhões, sendo esta algo que pertence à memória deste concelho e à memória dos seus cidadãos, estando contente por esse facto, pois ele própria, como muitos valecambrenses, teve o seus avós paternos a trabalhar lá.-----

Tal como disse a colega do PS, Ana Raquel Pinheiro, concorda que seja feito um estudo para a perceção do impacto desta aquisição em termos de custos e de tudo o que envolve a presente aquisição que certamente deixa todos os valecambrenses satisfeitos e com vontade de que a iniciativa vá para a frente.-----

Estranha somente que anteriormente tenha sido projetado o Museu dos Laticínios para o Almeida e Freitas e o executivo tivesse dado esta reviravolta a seis meses de um período eleitoral, pretendendo saber o que se fará com estas instalações classificadas como equipamento.-----

No uso da palavra, o Sr. Presidente respondendo, disse que esta aquisição nada tem a ver com eleições, devendo-se ao facto de ter havido, numa fase inicial, intenção de adquirir o Almeida e Freitas cujo edifício se encontra num quarteirão predominantemente de equipamentos públicos, como o Tribunal, a

2025.05.08

Biblioteca Municipal e o Centro de Saúde, existindo a ideia subjacente de afetar todo o quarteirão a equipamentos de cariz público. -----

Contudo, ao contrário da facilidade em negociar, da benevolência e da disponibilidade tida pelos proprietários do Martins & Rebello, os proprietários do Almeida e Freitas, obstaculizaram, criaram problemas, puseram um valor completamente absurdo relativamente ao que era o valor real da aquisição e, apesar das várias tentativas de negociação, verificou-se ao fim de algum tempo que seria um negócio de difícil concretização.-----

Com a reconhecida disponibilidade e abertura manifestada pelo Dr. Pedro Rebelo, a qual agradeceu, tal como fará qualquer valecambrense, criaram-se agora condições objetivas para se poder fazer a aquisição o que só surgiu neste timing, conforme todos puderam presenciar numa intervenção feita numa sessão desta Assembleia.-----

A partir desta aprovação terá de se trabalhar arduamente no sentido de elaborar um processo associado à requalificação, que terá de ser faseada, dada a área considerável com capacidade para muitas construções, havendo partes do edifício que já estão em adiantado estado de degradação pelo tempo em desuso e pela vandalização, ficando agora, a requalificação daquele espaço, não impossível, mas dependente de um bom estudo, de uma boa análise, de um bom projeto para que se possa iniciar o processo de recuperação deste espaço com um potencial extraordinário para a Vale de Cambra. -----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade dos 27 membros presentes, autorizar a aquisição das instalações da Martins & Rebello, e a consequente modificação ao plano com inclusão da ação de aquisição e remodelação das instalações da Martins & Rebello.-----

Declaração de voto da bancada do PS: “Votámos a favor deste importante investimento, não só pelo respeito pela nossa história e identidade local – que



pode vir a ter neste espaço algo que a eternize, como o Museu Nacional dos Laticínios, e uma homenagem a todos e a todas que contribuíram para a afirmação nacional de Vale de Cambra como a Capital do Queijo – mas por ser uma plataforma que pode dar ao concelho o que ele mais precisa, futuro.”-----

Ausentou-se da sessão, o Sr. Manuel Correia de Campos, durante a votação do ponto.-----

8. APOIO À MARCHA DE ST.º ANTÓNIO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA CHÃ, CODAL E VILA COVA DE PERRINHO:-----

No uso da palavra, o Sr. Presidente referiu que a Câmara Municipal deliberou a atribuição do habitual apoio às Marchas de Santo António e tem, ano após ano, aumentado o valor do apoio a todas elas, porque estas fazem um trabalho extraordinário, mantendo as tradições em torno do padroeiro do município, St.º António.-----

Por isso, pede que a Assembleia Municipal aprove o apoio à União das Freguesias, conforme a competência prevista no Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade dos 26 membros presentes, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros) à União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, pela sua participação nas Marchas de Santo António de 2025, ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, conforme deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 01/04/2025.-----

Regressou à sessão o Sr. Manuel Correia de Campos.-----

9. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DESTINADO À INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE TROTINETAS COM MOTOR PARTILHADAS SEM DOCA, A PEDIDO DA EMPRESA FASTBIRD RIDES PORTUGAL, UNIPessoal, LDA:-----

2025.05.08

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, pediu ao vereador José Alexandre Pinho que prestasse os devidos esclarecimentos:-----

Começou por dizer que estava a ser pedida a isenção do pagamento de taxas pela ocupação de espaço público destinado a este projeto piloto porque ainda se pretende verificar se há viabilidade ou não em avançar com a celebração do Acordo com a empresa, a qual já implementou o serviço em Oliveira de Azeméis, onde, tanto este operador como o município verificaram algum sucesso, podendo efetivamente ser alavancada, através destas trotinetas, a questão da descarbonização, dando corpo também ao investimento que foi feito na execução de ciclovias pela zona da cidade e periferia, que já servem para a deslocação pedonal ou com bicicleta, podendo ter agora este tipo de veículos, que poderão ter sucesso tal como está a ter em Oliveira de Azeméis, melhorando a mobilidade. Mais disse que está prevista a distribuição de cerca de 80 trotinetas, que servirão as zonas como o centro, as zonas de lazer, a praia fluvial, a ciclovia, o Parque da Cidade, o Centro Coordenador de Transportes. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais: -----

- **Sérgio Miguel Soares** perguntou qual era a autonomia destes veículos, perguntando se estas trotinetas vão ter seguro, porque se elas forem utilizadas na via pública é preciso ter algum cuidado apesar disto é uma experiência, mas não podemos fazer experiências que tragam transtornos.-----

Acha que a empresa deve ser sensibilizada para a questão do seguro, porque se sabe que os utilizadores podem encostá-las em qualquer lado causando danos, como no caso de a deixar encostada a um carro, ou num passeio, ou nos jardins, como se vê noutros concelhos onde já são muito utilizadas. -----

Sabe que deve haver uma adaptação ao desenvolvimento, mas também de ter algum cuidado, por isso, alertar e sensibilizar, é preciso. -----



No uso da palavra e respondendo, o vereador José Alexandre Pinho referiu não ter dados técnicos no momento, presumindo que a autonomia será a suficiente para que a empresa não tenha prejuízo ao estar sempre a trocar de trotineta, porque elas têm de ser carregadas nas instalações da empresa que depois as recolocarão no terreno. -----

Sobre a questão do seguro disse que a prestação do serviço pelo promotor funcionará exatamente como funciona noutros lados, não sendo uma experiência nova no país ou no mundo, visto já existir este meio de deslocação em muitos locais, podendo, contudo, consultar a empresa se for necessária a colocação dessa indicação da existência de seguro no termo de cooperação. -----

O ponto foi colocado à votação. -----

A Assembleia Municipal, com 3 abstenções dos membros da bancada do PSD, João Carvalho da Silva, Rosária Tavares e Daniel Barbosa, e 24 votos a favor, **deliberou por maioria**, aprovar a isenção do pagamento de taxas pela ocupação do espaço público destinado à instalação e operação de sistema de trotinetas com motor partilhadas sem doca, a pedido da empresa Fastbird Rides Portugal, Unipessoal, Lda, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, conforme a deliberação tomada pela Câmara Municipal, em sua reunião de 07/04/2025.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações.--

Do público presente, registaram-se 4 intervenções: -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos munícipes, pela ordem da sua inscrição: -----

- **José Manuel da Costa Fortuna** cumprimentou a Mesa da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente, restantes membros da Câmara Municipal e todos os que assistem à sessão.-----

2025.05.08

Disse ser Presidente da Associação do Moradal e, representado essa associação que tem as suas instalações no Parque do Moradal, pretende falar da mudança do portão principal do Parque que se prevê seja feita pela Câmara Municipal, conforme decisão desta comunicada pelo ofício 13444 de 30.04.2025 e, sabendo que aquele espaço foi concessionado à Junta da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, por escritura pelo prazo de 50 anos, lhe causa indignação esta querer interferir no local que está concessionado, ação que repudia por vir a causar muitos problemas, não só à Junta de Freguesia, mas também à própria Câmara Municipal, visto que também os outros proprietários que circundam o Parque têm o direito de exigir a sua entrada. -----

Fez uma pequena resenha sobre a Associação que foi criada há 25 anos por um grupo de jovens do qual fez parte, que foi melhorando este espaço, evoluindo desde a selva vegetal que era no ano 2000 até aos dias de hoje, transformando-se num espaço atrativo e, talvez por isso, alvo de ataques no sentido da obtenção de mais-valias.-----

Deixa, por isso, a pergunta sobre as razões que levaram à decisão da mudança do portão, uma vez que este se encontra sempre aberto, não podendo, em seu entendimento, os interesses pessoais sobrepor-se ao bem-estar da população, no caso, a do Moradal.-----

- **Carlos Augusto Ferreira da Silva** cumprimentou a Mesa da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente, restantes membros da Câmara Municipal e todos os que assistem à sessão.-----

Disse ser imigrante, mas tendo já regressado, reside em Cartim, freguesia de S. Pedro de Castelões, para onde, há dois anos, requisitou água da rede pública e, deparando-se que naquele local não existe a pressão suficiente, fez a exposição presencial do problema ao vereador do pelouro, José Alexandre Pinho, que lhe garantiu resolver a situação e não resolveu. Depois disso falou também com o Sr.



Presidente que, no atendimento feito, pediu a presença do vereador do pelouro, para saber o que se passava, prometendo-me então que ia resolver a situação em causa.-----

Passaram-se meses e, em dezembro mandou uma carta à Câmara Municipal a dar um prazo de três meses para resolverem a situação da pressão de água, dado que esta lhe chega quase em gotas que, lentamente, caem e, mais uma vez, nada foi feito.-----

Face ao exposto, perguntou se lhe iam resolver a situação em causa, pois é um munícipe que paga impostos, sempre pagou a água que consumiu e, dando agora a conhecer a todos esta situação, espera que lhe resolvam a situação da falta de pressão.-----

- **Albano de Oliveira Braga** cumprimentou a Mesa da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente, restantes membros da Câmara Municipal e todos os que assistem à sessão.-----

Disse que na reunião da Câmara Municipal de 12/03/2025, agendada para avaliação do Relatório Final do PDM, por proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal foi deliberado repor o índice de construção do terreno adquirido pelo técnico e Coordenador do PDM, Armando Ribeiro, na mesma capacidade que o PDM em vigor prevê, anulando a opção técnica desse coordenador, reconhecendo, por unanimidade, o abuso de poder do referido técnico, tendo seguido esta retificação à proposta do PDM para a CCDR Norte. Na mesma reunião, o Sr. Presidente informou a Câmara Municipal da abertura de inquérito disciplinar ao técnico, estranhando este não o ter suspenso preventivamente. Nesse âmbito, disse que, nos termos do artigo 84.º do CPA, pediu ao Sr. Presidente, por e-mail de 11/04/2025, fotocópia simples do despacho de abertura do inquérito referido, nada tendo recebido até à data, lamentando o facto, dado que na próxima semana iria ser inquirido sobre esse inquérito disciplinar.-----

2025.05.08

Deixou os seus parabéns pela aquisição das instalações do Martins & Rebello para o futuro Museu Nacional de Laticínios, por ter sido aí o berço dos laticínios, honrando-se a memória das gentes de Vale de Cambra, lembrando que esta tinha também sido uma luta do falecido Eng.º Rui Leite, ex-Presidente da Assembleia Municipal.-----

- **José Pedro Vieira de Almeida** cumprimentou a Mesa da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente, restantes membros da Câmara Municipal e todos os que assistem à sessão.-----

Primeiro deu os parabéns à Câmara e Assembleia Municipal pela decisão de aquisição do Martins & Rebello e pelo reconhecimento de que as instalações do Almeida e Freitas não eram a melhor opção para a instalação do Museu Nacional dos Laticínios, mas sim, as que deram origem e que são a identidade dos laticínios em Vale de Cambra. -----

Depois disse não poder deixar de intervir sobre o Ecocentro projetado para Macieira de Cambra, que, em sua opinião, mais não era do que um caixote de lixo de grandes dimensões que pretendem colocar no coração de Maceira de Câmara, e que, estando o Centro Cultural de Macieira de Cambra a uma cota superior, quem fosse assistir a um espetáculo, teria ampla visão para esses contentores com amontoados de colchões velhos, máquinas velhas, garrafas, papelões e outras coisas, perguntando se seria esta a paisagem que queriam oferecer a quem visita Vale de Cambra.-----

Sabendo que em municípios como Castelo de Paiva, Aveiro, Espinho, Oliveira de Frades, Santa Maria da Feira, Vouzela, este tipo de equipamento fica numa zona industrial, pediu à Câmara Municipal que reconsiderasse, reunisse com o Sr. Presidente da Junta de Maceira de Câmara, que já mostrou disponibilidade de relocar este Ecocentro noutros sítios e, estando solidário com este, por ter uma costela maceirense, perguntou a opinião do Sr. Presidente da Assembleia Municipal



sobre esta localização e também dos presidentes das Juntas de S. Pedro de Castelões e da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e V. C. de Perrinho, caso este Ecocentro estivesse previsto para aqueles terrenos envolventes à Praia Fluvial de Burgães ou junto ao Parque da Cidade, respetivamente.-----

O Sr. Presidente da Mesa, como foi diretamente interpelado nesta última intervenção, disse que também não acha ser o local mais ajustado para a instalação do Ecocentro. Contudo, de imediato pretende que sejam esclarecidos os munícipes intervenientes, **dando a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar os devidos esclarecimentos:**-----

Disse este que, em relação à intervenção do Sr. José Manuel da Costa Fortuna da Associação do Moradal, emitiu um despacho relativamente ao portão por ter tido uma informação que o levou a essa decisão e por não ter conhecimento, na altura, da existência desse contrato de concessão, pelo que, após conhecimento de toda a situação e tendo recebido, também, do Sr. Presidente da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, um ofício a solicitar que a Câmara Municipal fizesse uma cuidada análise do contrato de cedência do direito de superfície à Junta de Freguesias de Vila Chã, será revista a situação referida pelo munícipe, agindo a Câmara Municipal em conformidade, garantindo que a sua anterior decisão nunca foi premeditada. -----

Em relação à questão colocada pelo Sr. Carlos Augusto Ferreira da Silva, disse que a situação da falta de pressão da água naquele local, é mais técnica e tinha de ter uma solução o mais rápido possível, deixando a questão para ser respondida pelo vereador do pelouro.-----

Sobre a questão abordada pelo Sr. Albano de Oliveira de Braga disse ter aberto um inquérito após a denúncia por aquele elaborada, sobre uma situação relacionada com o elaboração do PDM- Plano Diretor Municipal, tendo agido em conformidade e, estando o processo a decorrer, lhe faria chegar o que pediu sem

2025.05.08

qualquer problema, pois não há qualquer impedimento para que não o faça. Respondeu ainda que não havia motivo para a suspensão do colaborador e chefe de divisão, Armando Ribeiro, enquanto decorria a averiguação dos factos de que era acusado pelo cidadão Albano de Oliveira de Braga. -----

Quanto à questão abordada pelo cidadão José Pedro Vieira de Almeida referiu que nada tem a dizer da sua discordância quanto à localização do Ecocentro, ficando registada a sua opinião. -----

O Sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao vereador José Alexandre Pinho, que respondendo ao munícipe Carlos Silva disse haver uma solução técnica, mas é morosa, implicando a abertura de uma vala ao longo da via, o que poderá demorar algum tempo, não conseguindo prever uma data.-----

Respondendo ao munícipe Pedro Almeida, quanto à localização do Ecocentro disse que em Ovar, São João da Madeira, estes se localizam junto a residências, isto porque não vivemos num deserto e aquele local foi avaliado e estudado tecnicamente, discordando do referido pelo munícipe, principalmente quando fala em caixote de lixo a céu aberto, o que demonstra uma falta de sensibilidade para este tempo. -----

Não havendo mais esclarecimentos, o Sr. Presidente da Mesa passou ao ponto seguinte. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: Aprovação do texto e respetivas minutas.-----

A Assembleia Municipal, após votação separada, **deliberou, por unanimidade** dos 27 membros presentes, aprovar **em minuta** todas as deliberações tomadas na sessão, aprovando de igual modo o respetivo texto de acordo com a minuta das deliberações que lhes foi distribuída.-----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, com a presença no Salão Nobre de



FL N.º 91

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária